



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

I – Necessidade da contratação:

A demanda visa à aquisição e instalação de persianas e cortinas para as Varas do Trabalho de Naviraí, São Gabriel do Oeste e Aquidauana, bem como para a Sede em Campo Grande no Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira, Ouvidoria e STP, a fim de garantir o controle de luminosidade e privacidade nos ambientes de trabalho.

Tendo em vista os pedidos de diversos setores encaminhados para a Divisão de Manutenção e Projetos, esta Coordenadoria de Material e Logística está consolidando as demandas.

A relação das persianas foi elaborada, e posteriormente ajustada, conforme as demandas encaminhadas à DMPE pelas unidades interessadas e urgência de necessidade, não tendo sido realizado levantamento de substituição de cortinas/persianas em todas as unidades do Tribunal. Isso porque, conforme a DMPE, esse levantamento abrangente ocorrerá posteriormente à realização desta aquisição, necessitando de um planejamento mais abrangente.

A necessidade justifica-se pela obsolescência ou ausência de proteção solar adequada, conforme evidenciado pelas fotos das instalações atuais, presentes no DFD, que apresentam desgastes e danos.

O objetivo é assegurar o bem-estar dos servidores e magistrados, evitando prejuízos à prestação jurisdicional por condições inadequadas de ambiente.

Esclarecemos que esta contratação observa a experiência de contratações anteriores pela Divisão de Manutenção e Projetos, principalmente em relação às especificações dos itens, no prazo para recebimento de materiais, na relação custo-benefício e na adequação ao princípio da eficiência

II – Alinhamento da demanda ao Plano Estratégico, ao Plano de Logística Sustentável (PLS), e previsão no Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de Planejamento da Administração:

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, com o objetivo Estratégico de "Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais"; bem como como o objetivo estratégico de "Promover o trabalho decente e a sustentabilidade".

A demanda foi devidamente registrada no Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano de 2026, sob o Processo nº 20.525/2023.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 003342560054 e categoria econômica da despesa 3 (despesa corrente).

Conforme contato com a SOF, porém, poderá ser utilizado sobras de dotação do código SIGEO 151252026000050 - Contratos - Serviço de apoio administrativo (fiscalização de contratos).

Quanto a Gestão e fiscalização, o(a) Gestor(a): Laura Inácia de Oliveira Barbosa Pessatto (titular) e Wagner Prates Kobayashi (substituto). Fiscais: Marcos Roberto Severo Rosa (titular) e José Carlos de Oliveira Monteiro (substituto).

Ademais, os fiscais setoriais deverão ser definidos em consulta aos diretores das VT.

III - Requisitos da Contratação:

A definição das condições de execução e pagamento, o regime de fornecimento de bens e condições de recebimento e regime de prestação dos serviços serão descritos de forma pormenorizada no Termo de Referência, observando as especificações definidas pelos setores demandantes e as mesmas diretrizes utilizadas na última licitação desses materiais. Entendemos, s.m.j, não ser necessário replicar na íntegra aqui no ETP as informações já contidas no Termo de Referência.

Os quantitativos foram estimados com base no levantamento físico de cada ambiente, sendo a responsável pelas informações a Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia (DMPE) cujos dados foram compilados e documentados nos autos pela Coordenadoria de Material e Logística.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Em relação à apresentação do DFD, o documento consta atualizado nos autos (doc. 22).

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de adquirir bens sustentáveis, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir itens com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

Quanto aos critérios de habilitação que constarão no Termo de Referência, haverá a habilitação jurídica que será de acordo com o enquadramento empresarial: Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; e Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Haverá, também, a habilitação fiscal, social e trabalhista: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Por outro lado, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Por fim, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

No tocante aos requisitos de capacidade econômico-financeira, para que a licitante possa demonstrar a aptidão econômica e técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, será exigido Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação de cada item. Caso o fornecedor seja vencedor de mais de um item, a comprovação deverá considerar a soma dos valores estimados dos itens.

Em relação aos requisitos técnicos, serão exigidos registros e comprovantes de que a licitante é apta a exercer as atividades pertinentes. O fornecedor do ramo pertinente ao objeto, cujo dado cadastral no SICAF inclua o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do Pregoeiro, dispensado da apresentação do atestado de capacidade técnica.

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da contratação supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for "de alta complexidade ou vulto", o que não seria o caso do objeto sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 - Plenário, nos seguintes termos "1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria”.

Para a formalização da contratação será necessária a comprovação da regularidade perante o CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.

No tocante à indicação de marcas e modelos, esclarecemos que a inclusão visa apenas apresentar uma referência, com o objetivo de que a descrição do objeto a ser licitado possa ser melhor compreendido, conforme art. 41, inciso I, alínea “d” da Lei 14.133/2021.

Com base em contratações anteriores, não foi constatada ocorrência que enseje a inclusão de impedimentos, restrições ou vedações à participação de pessoas físicas, empresas ME, EPP ou equiparadas.

Será vedado à contratada subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste procedimento licitatório.

Em virtude do valor dos itens, a participação nesta contratação é exclusiva para microempresas (MEs) ou empresas de pequeno porte (EPPs) que atenderem a todas as exigências constantes no Termo de Referência e seus anexos, nos termos do art. 49, inciso IV e do art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006. Registramos que há pelo menos três empresas competitivas que são microempresas e empresas de pequeno porte. Além das empresas que já constam propostas nestes autos atendem tais requisitos (doc. 18), localizamos também as empresas Persianas Ideal, Persianas Nobre, Toldos Universo e outras.

Sustentabilidade:

Em observância à Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar, como especificação técnica do objeto:

Quando possível, os bens serão constituídos, prioritariamente, por material atóxico, reciclável, reciclado ou biodegradável.

- Conforme pesquisa no mercado com os fornecedores KAZA PLUS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

SERVIÇOS E DECORAÇÕES LTDA, Persianas Paraná e internet, as persianas em PVC serão compostas por material reciclável ou reciclado, pois é comum no mercado.

Quanto a composição das cortinas de tecido, verificou-se que o mercado não atende a exigência de algodão orgânico, sendo que o material mais comumente utilizado, inclusive pela marca de referência (itens 1 e 2), é o poliéster.

Comprovante de Registro do fabricante dos materiais no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Lei n.º 6.938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021:

- Não incluímos o CTF para as cortinas e persianas; tendo em vista que não localizamos três empresas que possuam o CTF. Inclusive não localizamos CTF válido para a marca escolhida como referência nos itens 1 e 2; das marcas de referência para o item 3, apenas localizamos CTF válido para a marca Hunter Douglas, então também foi decidido não incluir CTF para este item.

A empresa deverá declarar, antes da efetivação da contratação, de acordo com inciso XVII, do art. 92 a Lei nº 14.133/ 2021 e a Resolução nº 310, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 2021, como condição prévia à contratação e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

-Comprovação de que cumpre, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

O cumprimento do subitem será demonstrado mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br", no momento da apresentação da proposta e constará modelo no TR.

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016;

-Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

A comprovação dos dois requisitos acima poderá ser feita mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br", no momento da apresentação da proposta e constará modelo no TR

Em cumprimento às disposições contidas no art. 116 e inciso IX do art. 137, todos da Lei nº 14.133/2021, a empresa deverá manter, durante a toda a contratação, as condições previstas acima, devendo a CONTRATADA, em caso de alterações de suas condições, informar imediatamente ao Fiscal da contratação.

Ressaltamos que em observância à orientação constante em parecer elaborado pela Assessoria Jurídica, não estamos solicitando a comprovação de que emprega, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a 5% (cinco por cento), em face de ser contratação exclusiva de ME e EPP.

Importante destacar, em relação aos requisitos de sustentabilidade não incluídos, que a dificuldade em localizar fornecedores que atendam aos critérios de sustentabilidade demonstram um risco real de que a aquisição possa ser frustrada. É preciso ponderar, no entanto, que apesar do esforço em obter informações, a pesquisa tem limitações e não garante a inexistência de outras opções válidas no mercado.

Os requisitos mínimos definidos pela Divisão de Manutenção e Projetos seguem listados abaixo, conforme o item de referência:

Item	Qtde	Unid.	Discriminação
1	1	Unid.	Naviraí: Aproximadamente 48,03 m². Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			<p>do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>
2	1	Unid.	<p>São Gabriel do Oeste: Aproximadamente 60,46 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confecção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>
3	1	Unid.	<p>Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira: Aproximadamente 3,86 m².</p> <p>Retirada de persiana existente, fornecimento e instalação de persiana horizontal, tipo painel, em uma janela, com estrutura composta por células (tipo celular), similares a favos de mel das colmeias</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			<p>(Honeycomb), sem perfurações visíveis, tamanhos de células até 40mm. Sem blackout. Cor bege claro ou similar. Cortina em tecido. Acionamento manual. Acionamento por monocomando. Deve contemplar a respectiva instalação no Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marcas/modelos de referência: Hunter Douglas Cortina DUETTE; Cortinas e Persianas Real tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Requite tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Vava tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Agape tipo CELULAR.</p>
4	1	Unid.	<p>Aquidauana: Aproximadamente 46,18 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>
5	1	Unid.	<p>Sede: Ouvidoria - 3º Andar - Aproximadamente 8,65 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço,</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			<p>cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do ambiente e fotos do disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>
6	1	Unid.	<p>Sede: STP térreo. Aproximadamente 22,98 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confecção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do ambiente e fotos do disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

7	1	Unid.	<p>Sede: Plenário. Aproximadamente 14,10 m².</p> <p>Retirada de persiana existente, fornecimento e instalação de persiana horizontal, tipo painel, em uma janela, com estrutura composta por células (tipo celular), similares a favos de mel das colmeias (Honeycomb), sem perfurações visíveis, tamanhos de células até 40mm. Sem blackout. Cor bege claro ou similar. Cortina em tecido. Acionamento manual. Acionamento por monocomando. Deve contemplar a respectiva instalação. Informações do local e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marcas/modelos de referência: Hunter Douglas Cortina DUETTE; Cortinas e Persianas Real tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Requite tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Vava tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Agape tipo CELULAR.</p>
---	---	-------	---

IV - Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:

As quantidades foram estimadas com base no levantamento físico de cada ambiente, conforme demonstrado nos anexos do DFD. Além disso, a Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia elaborou uma planilha geral com as áreas, o modelo, o tipo, a abertura e o sentido de controle que foi inserido nos autos e que constará como anexo do Termo de Referência.

V - Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:

Conforme a necessidade de utilização das cortinas já demonstrada neste documento e no DFD, a única opção encontrada é a aquisição. Assim, foram identificadas soluções de persianas horizontais, verticais e cortinas do tipo celular. A cortina celular foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

escolhida para ambientes de gabinete por seus tecidos translúcidos ou opacos que garantem privacidade com qualidade e redução de ruídos externos. Para lavatórios e áreas comuns, optou-se por persianas horizontais e verticais devido à facilidade de manutenção e adequação ao uso padrão.

As persianas especificadas seguem o padrão já adotado no Fórum Trabalhista de Campo Grande, por se tratarem de modelos mais modernos, com boa aceitação pelos usuários e menor necessidade de manutenção. Ressalte-se que tais especificações constam dos docs. 12 e 15 dos autos.

Análise de Alternativas - Controle de Insolação e Luminosidade

Considerando a necessidade de controle da incidência solar nas áreas internas da unidade, com o objetivo de melhorar o conforto térmico e visual dos usuários e reduzir a carga térmica incidente sobre os ambientes climatizados, foram analisadas as seguintes alternativas para tratamento das esquadrias:

cortinas de tecido;

persianas de tecido vertical;

persianas horizontais de PVC.

A análise comparativa das alternativas encontra-se descrita a seguir.

1. CORTINAS DE TECIDO

1.1 Características

Elemento têxtil fixado em trilho ou varão, utilizado tradicionalmente para controle de luminosidade em ambientes internos.

1.2 Pontos positivos

Custo inicial geralmente reduzido.

Facilidade de instalação.

Boa capacidade de bloqueio da luminosidade quando confeccionadas com tecidos densos.

1.3 Pontos negativos

Maior acúmulo de poeira e ácaros, exigindo manutenção frequente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Dificuldade de higienização, normalmente demandando lavagem especializada.

Menor durabilidade em ambientes corporativos de uso contínuo.

Menor precisão no controle de entrada de luz.

Esteticamente menos compatível com ambientes institucionais padronizados.

Possibilidade de desbotamento acelerado devido à exposição solar.

1.4 Avaliação geral

Alternativa menos adequada para ambientes administrativos públicos, especialmente em edificações com alto fluxo de usuários e necessidade de padronização e facilidade de manutenção.

2. PERSIANA DE TECIDO VERTICAL

2.1 Características

Sistema composto por lâminas verticais de tecido sintético, instaladas em trilho superior com mecanismo de rotação das lâminas.

2.2 Pontos positivos

Boa regulagem da luminosidade, permitindo ajuste do ângulo das lâminas.

Adequação para vãos de maior largura.

Aparência institucional adequada a ambientes administrativos.

Possibilidade de recolhimento lateral para maior abertura das janelas.

Boa difusão da luz natural.

2.3 Pontos negativos

Lâminas podem sofrer deformações ou desalinhamentos com o uso.

Componentes mecânicos mais suscetíveis a desgaste.

Higienização relativamente mais trabalhosa em comparação às persianas rígidas.

Sensibilidade maior ao manuseio inadequado.

Em ambientes de vento ou corrente de ar podem ocorrer oscilações das lâminas.

2.4 Avaliação geral

Alternativa adequada para ambientes administrativos, sendo amplamente utilizada em diversos ambientes do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Tribunal, especialmente em salas administrativas e gabinetes.

3. PERSIANA HORIZONTAL DE PVC

3.1 Características

Sistema composto por lâminas horizontais rígidas de PVC, com controle de inclinação e recolhimento vertical.

3.2 Pontos positivos

Alta durabilidade em ambientes corporativos.

Facilidade de limpeza e higienização, podendo ser realizada com pano úmido.

Boa resistência à radiação solar e à umidade.

Controle preciso da entrada de luz por meio da inclinação das lâminas.

Baixa necessidade de manutenção.

Estrutura mais robusta e menos suscetível a deformações.

Maior vida útil do material.

3.3 Pontos negativos

Limitação em vãos muito largos, podendo exigir divisão em módulos.

Menor difusão de luz quando comparada à persiana vertical.

Esteticamente mais simples.

3.4 Avaliação geral

Alternativa tecnicamente robusta e de fácil manutenção, sendo adequada para ambientes institucionais com elevada demanda de durabilidade e baixo custo de manutenção.

Critério	Cortina de tecido	Persiana vertical de tecido	Persiana horizontal PVC
Controle de luminosidade	Médio	Bom	Muito bom
Durabilidade	Baixa	Média	Alta
Facilidade de limpeza	Baixa	Média	Alta
Resistência ao uso intenso	Baixa	Média	Alta
Manutenção	Alta	Média	Baixa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Padronização institucional	Baixa	Boa	Boa
Vida útil estimada	Baixa	Média	Alta

Comparativo sintético

Critério	Cortina de tecido	Persiana vertical de tecido	Persiana horizontal PVC
Controle de luminosidade	Médio	Bom	Muito bom
Durabilidade	Baixa	Média	Alta
Facilidade de limpeza	Baixa	Média	Alta
Resistência ao uso intenso	Baixa	Média	Alta
Manutenção	Alta	Média	Baixa
Padronização institucional	Baixa	Boa	Boa
Vida útil estimada	Baixa	Média	Alta

Justificativa técnica e econômica da solução

Considerando:

a necessidade de controle eficiente da incidência solar nas dependências da Vara do Trabalho de Aquidauana;

a busca por redução da carga térmica incidente nos ambientes climatizados, contribuindo para melhor desempenho energético do sistema de ar condicionado;

a necessidade de padronização com soluções já utilizadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região;

a facilidade de limpeza e manutenção, aspecto relevante em ambientes institucionais de uso contínuo;

a maior durabilidade e menor custo de manutenção ao longo do ciclo de vida do material;

Verifica-se que as persianas (vertical de tecido ou horizontal de PVC) constituem soluções mais adequadas que cortinas convencionais.

No contexto de unidades administrativas do Tribunal, observa-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24^a REGIÃO

que ambos os modelos já são utilizados institucionalmente, apresentando bom desempenho operacional.

Todavia, sob a ótica de custo de manutenção, durabilidade e facilidade de higienização, as persianas horizontais de PVC apresentam vantagem técnica, especialmente em ambientes sujeitos a uso intenso e necessidade de manutenção simplificada.

Assim, conclui-se que a adoção de persianas institucionais padronizadas (horizontal de PVC, conforme características das janelas e layout do ambiente) representa a alternativa tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para atendimento da demanda.

VI – Estimativas do valor da contratação:

Para estimativa do valor da contratação, a Divisão de Manutenção e Projetos havia estimado o valor da seguinte forma:

- Persianas das VT de São Gabriel do Oeste e VT de Naviraí: Por se tratar de serviço já realizado em outras contratações deste Tribunal em especial no PROAD 17213/2021, cujos valores médios do m² da persiana é de R\$ 581,73/m², usaremos como estimativa de valor a média corrigida pelo IPCA acumulado de julho de 2021 a julho de 2025. A correção do valor do acumulado do IPCA de julho de 2021 a julho de 2025 é de 23,10%. Logo o valor médio de R\$ 581,73/m² corrigido em 23,10% resulta em R\$ 716,11/m². Diante disso, tem-se:

- Total para VT de São Gabriel D'Oeste é de $55,06 * 716,11 = \text{R\$}39.429,02$;
- Total para VT de Naviraí é $40,92 * 716,11 = \text{R\$}29.303,22$,
- Total para a VT de Aquidauana é $43,57 * 716,11 = \text{R\$}31.200,91$
- Sede: Ouvidoria 3º andar é $10,52 * 716,11 = \text{R\$} 7.533,47$
- Sede: STP térreo é $39,00 * 716,11 = \text{R\$} 27.928,29$

- Persianas do Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira:

Para a estimativa inicial deste gasto, A Divisão de Manutenção e Projetos obteve dois orçamentos, obtendo a média simples de R\$ 2628,96 (dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e seis centavos), conforme abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- KAZA PLUS SERVIÇOS DE DECORAÇÕES - R\$ 2634,91
- Persianas Paraná - R\$ 2623,00

Todavia, informamos que na etapa de pesquisa de preços, foi possível obter preços efetivos de mercado e, em alguns itens, contratações correlatas de outros órgãos públicos.

Dessa forma, o valor total estimado é de R\$ 104.161,64 (cento e quatro mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Discriminação	V. Unit.	V. Total
1	1	Unid.	Naviraí: Aproximadamente 48,03 m². Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).	491,71	23.616,83
			Marca de referência: Persianas Paraná ou		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24^a REGIÃO

			Similar		
2	1	Unid.	<p>São Gabriel do Oeste: Aproximadamente 60,46 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>	473,67	28.638,09
3	1	Unid.	<p>Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira: Aproximadamente 3,86 m².</p> <p>Retirada de persiana existente, fornecimento e instalação de persiana horizontal, tipo painel,</p>	809,28	3.123,82



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			<p>em uma janela, com estrutura composta por células (tipo celular), similares a favos de mel das colmeias (Honeycomb), sem perfurações visíveis, tamanhos de células até 40mm. Sem blackout. Cor bege claro ou similar. Cortina em tecido. Acionamento manual. Acionamento por monocomando. Deve contemplar a respectiva instalação no Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marcas/modelos de referência: Hunter Douglas Cortina DUETTE; Cortinas e Persianas Real tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Requite tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Vava tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Agape tipo CELULAR.</p>		
4	1	Unid.	<p>Aquidauana: Aproximadamente 46,18 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confecção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do</p>	483,23	22.315,56



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V). Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar		
5	1	Unid.	Sede: Ouvidoria - 3º Andar - Aproximadamente 8,65 m². Retirada de persiana existente. Confecção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na	477,00	4.126,05



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			<p>persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do ambiente e fotos do disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>		
6	1	Unid.	<p>Sede: STP térreo. Aproximadamente 22,98 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadarço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadarço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do ambiente e fotos do disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marca de referência:</p>	477,00	10.961,46



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			Persianas Paraná ou Similar		
7	1	Unid.	<p>Sede: Plenário. Aproximadamente 14,10 m².</p> <p>Retirada de persiana existente, fornecimento e instalação de persiana horizontal, tipo painel, em uma janela, com estrutura composta por células (tipo celular), similares a favos de mel das colmeias (Honeycomb), sem perfurações visíveis, tamanhos de células até 40mm. Sem blackout. Cor bege claro ou similar. Cortina em tecido. Acionamento manual. Acionamento por monocomando. Deve contemplar a respectiva instalação. Informações do local e fotos do ambiente disponíveis no Anexo V).</p> <p>Marcas/modelos de referência: Hunter Douglas Cortina DUETTE; Cortinas e Persianas Real tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Requite tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Vava tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Agape tipo CELULAR.</p>	807,08	11.379,83

Os documentos da pesquisa de preços constarão como anexo do Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/2021, nos moldes da Instrução Normativa SEGES 65/2021, respeitando o Manual de Aquisições do TRT da 24ª Região.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

A solução compreende o fornecimento completo e a instalação de persianas e cortinas, incluindo trilhos, suportes e mecanismos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

de acionamento. A instalação deve seguir o padrão de "vão luz" ou sobreposição, dependendo da especificidade da janela, conforme detalhado nas fotos de instrução técnica. Ademais, adotou-se a garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, com base nas práticas de mercado que foi confirmado diretamente com as empresas do setor.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Considerando a diversidade de materiais (PVC, tecido celular, alumínio) e as diferentes localidades (Naviraí, São Gabriel do Oeste, Aquidauana e Campo Grande), definiu-se que o pregão ocorrerá por itens para ampliar a competitividade, permitindo que fornecedores locais possam participar do certame.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Espera-se alcançar a redução de custos operacionais (através de melhor isolamento térmico que otimiza o uso do ar-condicionado) e a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho para os usuários.

X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

Antes da celebração, deve-se realizar a conferência definitiva das medidas "in loco" pelo fornecedor vencedor para evitar erros de fabricação, dado que as medidas apresentadas referem-se à parte interna e ao vão luz das esquadrias.

Ademais, dado que a vistoria e instalação das persianas devem ser no interior dos prédios das Varas do trabalho, os respectivos Diretores (as) deverão ser comunicados antecipadamente.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não foram identificadas contratações interdependentes imediatas, tratando-se de aquisição autônoma de mobiliário/acessórios.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Deverá ser exigido que as embalagens e sobras de materiais de instalação recebam descarte adequado, priorizando materiais que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24^a REGIÃO

permitam a reciclagem ao final de sua vida útil.

**XIII – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da
contratação para o atendimento da necessidade:**

A contratação é considerada viável e necessária, estando plenamente alinhada ao planejamento estratégico do Tribunal e à manutenção da infraestrutura física necessária para as atividades das unidades judiciárias.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Nome: João Marcio H. Talarico
Telefone: 3316-1843
E-mail: material@trt24.jus.br

Nome: Amon Micael Fernandes
Flores
Telefone: 3316-1817
E-mail: nmp@trt24.jus.br

Nome: Mateus Cominetti
Telefone: 3316-1891
E-mail: socioambiental@trt24.jus.br

Nome: Derik Novaes Cardoso
Telefone: 3316-1847
E-mail: compras@trt24.jus.br

Nome: Rafael Pereira Cardozo
Telefone: 3316-1846
E-mail: compras@trt24.jus.br